



TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
com Parecer dos Auditores Independentes



TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório da Administração.....	3
Balancos Patrimoniais.....	5
Demonstrações do Resultado.....	8
Demonstrações do Resultado Abrangente..	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto).....	10
Demonstrações do Valor Adicionado.....	11
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13
Parecer dos Auditores Independentes.....	48
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada) relativas ao ano 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2022 foi marcado por diversos desafios, diante de incertezas que surgiram com a situação macroeconômica, alto patamar das taxas de juros e um conturbado cenário político.

Mesmo diante desta conjuntura a Companhia alcançou receita bruta de R\$ 343,8 MM, encerrando o ano 17,1% superior a 2021, onde atingiu R\$ 293,4 MM. No mercado interno um crescimento de 18,2% e no mercado externo 2,8% em relação ao ano anterior.

Dessa forma, a receita líquida do ano de 2022 foi de R\$ 266,1 MM, um incremento de 16,7% sobre o mesmo período de 2021, quando atingiu R\$ 228,1 MM.

No primeiro trimestre, como anteriormente informado, houve um curto circuito nas dependências das subestações de energia da unidade de Artur Nogueira/SP, causando um princípio de incêndio, o que acarretou em aumento significativo nos custos industriais para manter a produção e cumprir os compromissos assumidos, assim como a necessidade de investimentos para recomposição das subestações sinistradas. Situação que foi normalizada somente no mês de dezembro, com o religamento total da energia elétrica. Mediante essa situação a produção e faturamento da unidade de Artur Nogueira neste ano de 2022 ficou comprometida, refletindo diretamente no resultado da Companhia.

Diante disso, em 2022 verifica-se acréscimo no custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida, sendo 82,1% neste ano contra 80,7% no mesmo período em 2021, alcançando o montante de R\$ 218,6 MM.

A Companhia segue com foco e disciplina na redução de custos e despesas em geral, com avaliação constante de seus processos e estratégias, buscando amenizar os impactos do contexto atual.

No que se refere ao resultado financeiro de R\$ 54,2 MM, verifica-se redução de 49,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor de R\$ 108,2 MM. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 – Empréstimos, financiamentos e debêntures, em 2022 verificou-se inexistência de débitos financeiros e os devidos ajustes foram realizados nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento.

Cabe destacar que valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2018, conforme detalhados na nota explicativa nº 17 – Provisão para contingências e depósitos judiciais, houveram efeitos relevantes na posição patrimonial apresentada.

Nesse contexto o resultado alcançado no ano de 2022 foi negativo em R\$ 159,7 MM, contra um resultado negativo de R\$ 80,1 MM em 2021.

Todavia, a Administração permanece otimista, com foco no crescimento e rentabilidade, firme no propósito de realização de nosso planejamento estratégico, seguindo com o plano de soerguimento da Companhia.

PRÊMIO FORNECEDOR DESTAQUE DA HOTELARIA 2022

Em janeiro de 2023, a Revista Hotéis divulgou resultado da votação dos Melhores Fornecedores da Hotelaria de 2022. Mais uma vez, a TEKA consagrou-se como Melhor Fornecedor de Enxoval de Cama e Banho, consolidando o trabalho de dedicação, credibilidade, relevância e reconhecimento da qualidade dos produtos da linha Profiline.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O relacionamento da Companhia com o público interno e externo tem como premissa sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental. No final do ano de 2022, a TEKA mantinha 1.269 colaboradores, (1.319 em 2021) para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao crescimento profissional e pessoal. Foram realizados em 2022 treinamentos direcionados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos. Com o programa de estágio e de aprendizes, estamos investindo nos jovens talentos. Cerca de 75 estudantes participaram deste programa. Quanto à sustentabilidade ambiental, a Companhia sempre mantém controles rígidos no tocante à poluição, sendo seu tratamento de efluentes extremamente efetivo.

AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. e suas controladas informam que não houve a realização de outros serviços, além da auditoria externa, realizados pela NEXT Auditores Independentes S/S no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Após o encerramento de mais um exercício, reforçamos nosso compromisso com a sociedade, clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores.

Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação e parceria.

Blumenau (SC), março de 2023.

A Administração

TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO TOTAL	1.088.604	1.048.844	1.099.856	1.061.314
ATIVO CIRCULANTE	106.031	89.286	106.587	90.089
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	402	268	551	610
Contas A Receber (Nota 6)	59.768	43.267	58.169	42.029
Clientes	59.768	43.267	58.169	42.029
Estoques (Nota 7)	42.905	42.497	43.756	43.153
Tributos A Recuperar (Nota 8)	300	356	792	788
Tributos Correntes A Recuperar	300	356	792	788
Despesas Antecipadas	30	16	30	16
Outros Ativos Circulantes	2.626	2.882	3.289	3.493
Outros	2.626	2.882	3.289	3.493
ATIVO NÃO CIRCULANTE	982.573	959.558	993.269	971.225
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	814.186	784.188	814.644	784.976
Outros Ativos Não Circulantes	814.186	784.188	814.644	784.976
Tributos A Recuperar (Nota 8)	772.190	744.547	772.190	744.547
Depósitos Judiciais (Nota 17)	37.668	35.810	38.126	36.598
Outros Créditos	4.328	3.831	4.328	3.831
INVESTIMENTOS	47.436	48.851	5.116	5.115
Participações Societárias	42.320	43.736	-	-
Participações Em Controladas (Nota 9)	42.320	43.736	-	-
Propriedade Para Investimentos	5.116	5.115	5.116	5.115
IMOBILIZADO (Nota 10)	120.704	126.362	173.262	180.977
Imobilizado Em Operação	120.199	125.906	172.757	180.521
Imobilizado Arrendado	80	84	80	84
Imobilizado Em Andamento	425	372	425	372
INTANGÍVEL (Nota 11)	247	157	247	157

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO TOTAL	1.088.604	1.048.844	1.099.856	1.061.314
PASSIVO CIRCULANTE	2.476.200	2.408.327	2.544.912	2.472.231
Obrigações Sociais e Trabalhistas (Nota 13)	879.792	842.136	917.402	877.801
Obrigações Sociais	858.300	823.203	895.438	858.404
Obrigações Trabalhistas	21.492	18.933	21.964	19.397
Fornecedores (Nota 12)	447.437	413.185	449.180	414.821
Fornecedores Nacionais	441.949	408.083	443.692	409.719
Fornecedores Estrangeiros	5.488	5.102	5.488	5.102
Obrigações Fiscais (Nota 14)	410.406	375.285	438.980	402.459
Obrigações Fiscais Federais	239.766	210.599	268.312	237.771
Imp.Renda E Contribuição Social A Pagar	11.191	10.851	23.949	22.990
Pis E Cofins A Recolher	161.126	145.362	176.733	160.225
Imposto Retido Na Fonte A Recolher	25.889	24.481	26.070	24.651
Contribuição Previdenciária	41.560	29.905	41.560	29.905
Obrigações Fiscais Estaduais	130.464	132.928	130.492	132.930
Obrigações Fiscais Municipais	40.176	31.758	40.176	31.758
Empréstimos E Financiamentos (Nota 15)	500.603	557.185	500.603	557.185
Empréstimos E Financiamentos	500.325	556.974	500.325	556.974
Em Moeda Nacional	499.502	554.869	499.502	554.869
Em Moeda Estrangeira	823	2.105	823	2.105
Debentures	278	211	278	211
Outras Obrigações	208.551	193.831	208.680	192.682
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 18)	28.714	26.112	35.807	32.401
Debitos Com Outras Partes Relacionadas	28.714	26.112	35.807	32.401
Outros	179.837	167.719	172.873	160.281
Dividendos E JCP A Pagar	2.718	2.527	2.718	2.527
Comissões S/Vendas A Pagar	11.969	11.907	4.451	3.872
Outras Contas A Pagar	165.150	153.285	165.704	153.882
Provisões	29.411	26.705	30.067	27.283
Provisões Fiscais, Previdenciarias Trab. E Civeis (Nota 17)	29.411	26.705	30.067	27.283
Provisões Fiscais	-	-	-	-
Provisões Previdenciarias Trab.	29.411	26.705	30.067	27.283



PASSIVO NÃO CIRCULANTE	530.361	398.305	472.824	346.789
Empréstimos E Financiamentos (Nota 15)	2.600	2.125	2.600	2.125
Debentures	2.600	2.125	2.600	2.125
Outras Obrigações	63.901	55.707	12.344	4.698
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 18)	51.557	51.009	-	-
Debitos Com Controladas	51.557	51.009	-	-
Outros	12.344	4.698	12.344	4.698
Obrigações Fiscais Estaduais (Nota 14)	11.850	4.698	11.850	4.698
Outras Contas A Pagar	494	-	494	-
Tributos Diferidos (Nota 16)	29.831	31.263	47.563	49.765
Imp.Renda E Contribuição Social Diferidos	29.831	31.263	47.563	49.765
Provisões	434.029	309.210	410.317	290.201
Provisoes Fiscais, Previdenciárias Trab. E Civeis (Nota 17)	410.317	290.201	410.317	290.201
Provisões Fiscais	296.439	247.256	296.439	247.256
Provisões Previdenciárias E Trab.	93.509	22.653	93.509	22.653
Provisões Civeis	20.369	20.292	20.369	20.292
Outras Provisões	23.712	19.009	-	-
Provisão S/PL A Descoberto Em Controladas	23.712	19.009	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(1.917.957)	(1.757.788)	(1.917.880)	(1.757.706)
Capital Social Realizado	21.945	21.945	21.945	21.945
Reservas De Reavaliação	59.191	61.789	59.191	61.789
Reservas De Lucros	4.389	4.389	4.389	4.389
Reserva Legal	4.389	4.389	4.389	4.389
Prejuizos Acumulados	(2.036.579)	(1.880.927)	(2.036.579)	(1.880.927)
Ajustes De Avaliação Patrimonial	28.023	29.463	28.023	29.463
Ajustes Acumulados De Conversão	5.074	5.553	5.074	5.553
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	77	82

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita De Vendas E/Ou Serviços (Nota 21)	265.473	227.640	266.136	228.063
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(217.302)	(182.660)	(218.558)	(184.020)
Resultado Bruto	48.171	44.980	47.578	44.043
Despesas/Receitas Operacionais	(159.589)	(20.421)	(155.247)	(18.679)
Com Vendas	(33.773)	(25.033)	(34.745)	(25.745)
Gerais E Administrativas	(14.241)	(11.581)	(14.270)	(11.623)
Outras Receitas Operacionais (Nota 24)	27.685	17.285	28.244	18.401
Outras Despesas Operacionais (Nota 24)	(138.373)	(779)	(134.476)	288
Resultado De Equivalência Patrimonial	(887)	(313)	-	-
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(111.418)	24.559	(107.669)	25.364
Resultado Financeiro (Nota 23)	(49.704)	(106.293)	(54.223)	(108.242)
Receitas Financeiras	45.852	15.013	45.910	15.033
Despesas Financeiras	(95.556)	(121.306)	(100.133)	(123.275)
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(161.122)	(81.734)	(161.892)	(82.878)
Imposto De Renda E Contribuição Social Sobre O Lucro	1.432	1.616	2.202	2.760
Corrente	-	-	-	-
Diferido (Nota 16)	1.432	1.616	2.202	2.760
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(159.690)	(80.118)	(159.690)	(80.118)
Lucro/Prejuízo Do Período	(159.690)	(80.118)	(159.690)	(80.118)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(159.690)	(80.118)
Resultado Por Ação (Nota 20)	(317,38)	(159,23)	(317,38)	(159,23)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	(159.690)	(80.118)	(159.690)	(80.118)
Outros Resultados Abrangentes	(479)	562	(484)	567
Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	(479)	562	(479)	562
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(5)	5
Resultado Abrangente do Período	(160.169)	(79.556)	(160.174)	(79.551)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(160.174)	(79.551)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumul.	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Partic. Dos Não Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.945	4.389	(1.805.423)	100.857	(1.678.232)	77	(1.678.155)
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.805.423)	100.857	(1.678.232)	77	(1.678.155)
Resultado Abrangente Total	-	-	(79.254)	(302)	(79.556)	5	(79.551)
Lucro Líquido do Período	-	-	(80.118)	-	(80.118)	-	(80.118)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	864	(302)	562	5	567
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	562	562	-	562
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	1.308	(1.308)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(444)	444	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	5	5
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	3.750	(3.750)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	5.681	(5.681)	-	-	-
Tributos s/Realiz.da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.931)	1.931	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.945	4.389	(1.880.927)	96.805	(1.757.788)	82	(1.757.706)
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.880.927)	96.805	(1.757.788)	82	(1.757.706)
Resultado Abrangente Total	-	-	(158.250)	(1.919)	(160.169)	(5)	(160.174)
Lucro Líquido do Período	-	-	(159.690)	-	(159.690)	-	(159.690)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	1.440	(1.919)	(479)	(5)	(484)
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	(479)	(479)	-	(479)
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	2.182	(2.182)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(742)	742	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	2.598	(2.598)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	3.937	(3.937)	-	-	-
Tributos s/Realiz.da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.339)	1.339	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.945	4.389	(2.036.579)	92.288	(1.917.957)	77	(1.917.880)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS	365.293	305.486	366.821	306.736
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	338.480	288.562	339.358	289.126
Outras Receitas	27.719	17.304	28.285	18.068
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(906)	(380)	(822)	(458)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(376.870)	(197.428)	(372.828)	(196.018)
Custos Prods., Mercs. E Servs. Vendidos	(196.967)	(154.039)	(196.689)	(153.721)
Materiais-Energia-Servs. Terceiros-Outros	(50.120)	(46.265)	(50.237)	(46.358)
Outros	(129.783)	2.876	(125.902)	4.061
VALOR ADICIONADO BRUTO	-11.577	108.058	-6.007	110.718
RETENÇÕES	(4.248)	(4.230)	(5.849)	(5.945)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.989)	(2.757)	(4.532)	(4.304)
Outras	(1.259)	(1.473)	(1.317)	(1.641)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	-15.825	103.828	-11.856	104.773
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	44.965	14.700	45.910	15.033
Resultado de Equivalência Patrimonial	(887)	(313)	-	-
Receitas Financeiras	45.852	15.013	45.910	15.033
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	29.140	118.528	34.054	119.806
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	29.140	118.528	34.054	119.806
Pessoal	64.619	58.447	65.235	58.900
Remuneração Direta	56.996	51.669	57.561	52.084
Benefícios	3.328	2.836	3.338	2.841
FGTS	4.295	3.942	4.336	3.975
Impostos, Taxas e Contribuições	26.095	18.201	25.689	17.099
Federais	16.515	11.908	15.949	10.697
Estaduais	8.127	5.006	8.280	5.108
Municipais	1.453	1.287	1.460	1.294
Remuneração de Capitais de Terceiros	98.116	121.998	102.820	123.925
Juros	94.635	120.867	99.296	122.758
Aluguéis	3.481	1.131	3.524	1.167
Remuneração de Capitais Próprios	█ (159.690)	█ (80.118)	█ (159.690)	█ (80.118)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(159.690)	(80.118)	(159.690)	(80.118)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES				
Lucro (Prejuízo) no Exercício	(159.690)	(80.118)	(159.690)	(80.118)
Depreciação e Amortização	2.989	2.757	4.532	4.304
Equivalência Patrimonial	887	313	-	-
Provisões	107.943	(19.928)	98.290	(32.103)
Variações Monetárias	35.153	93.877	39.343	95.539
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	50	3	-	-
Outras Contas	(3.817)	1.472	644	1.641
	(16.485)	(1.624)	(16.881)	(10.737)
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Variações Contas a Receber Clientes	(18.617)	(15.914)	(18.171)	(15.196)
Variações Estoques	218	(20.027)	23	(20.143)
Variações Depósitos Judiciais	(1.479)	(1.918)	(1.479)	(1.918)
Outras Variações Ativas	(1.276)	(8.273)	(1.332)	(8.513)
Variações em Fornecedores	5.231	6.268	5.226	6.257
Variações em Tributos a Recolher	14.760	21.653	14.777	27.074
Outras Variações Passivas	2.278	(1.004)	2.267	(114)
	1.115	(19.215)	1.311	(12.553)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	(15.370)	(20.839)	(15.570)	(23.290)
Imobilizado	(549)	4.580	7	8.023
Intangível	(194)	(51)	(194)	(51)
Investimentos	-	1	-	2
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(743)	4.530	(187)	7.974
Empréstimos Tomados	273.909	226.367	273.360	227.074
Pagamentos de Empréstimos	(257.662)	(209.915)	(257.662)	(211.332)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES FINANCIAMENTO	16.247	16.452	15.698	15.742
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	134	143	(59)	426
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	268	125	610	184
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	402	268	551	610

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e no NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas sob o nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidade fabril em Artur Nogueira (SP).

1.1. Recuperação judicial

A TEKA protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o nº 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação.

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirografários, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual não foi conhecido, sendo interposto Agravo Interno. Tal recurso (Agravo Interno) não foi provido, ocorrendo a interposição de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados, pelo que foi manejado Recurso Extraordinário, restando este inadmitido, ocorrendo, assim, a interposição de embargos, os quais restaram rejeitados, ocorrendo o manejo de agravo. A tal agravo foi negado provimento, operando-se, pois, o encerramento da insurgência recursal.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram

noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” não afastou da Companhia ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da TEKA, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Referido recurso (AI n. 4025521-06.2018.8.24.0000), em 25 de setembro de 2020, teve parcial provimento apenas para confirmar a liminar de fls.7.166/7.177, validando-se a determinação de convocação da assembleia-geral de credores para eleição do substituto da parte agravante (Sr. Frederico).

Importa ainda mencionar que, consoante decisão proferida pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, seria realizada, no dia 20 de maio de 2019, ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES, no Ginásio Sebastião Cruz (Galeão), situado na Rua Alberto Stein, s/n., próximo ao Parque Vila Germânica, Bairro Velha, Blumenau/SC.

Todavia, a realização de tal AGC, através da decisão proferida pelo TJSC no 4014278-31.2019.8.24.0000, em que figura como Agravante a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, restou cancelada. A este recurso foi negado seguimento em virtude da perda superveniente de seu objeto.

Em cumprimento a decisão proferida no agravo supracitado, foi designada nova data para realização da AGC, sendo esta realizada em 10 de junho de 2019, ocorrendo a eleição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para o cargo de Diretora Presidente.

No que se refere a AGC, em 07/08/2019, nos autos da RJ, foi, entre outros temas abordados, proferida a seguinte decisão:

“I - Às fls. 13.915/13.930 a Administradora Judicial apresentou ata da Assembleia Geral de Credores e documentos e requereu sua homologação.

Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 14.088).

DEFIRO o pedido e **HOMOLOGO** a decisão proferida pela Assembleia Geral de Credores na qual elegeu a Senhora **Fabiane Paula Esvicero** para o cargo de Diretora Presidente das Recuperandas (fls. 13.931/13.942).”

Oportuno ainda destacar a tramitação do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica n. 0009640-96.2019.8.24.0008.

Ainda quanto ao incidente, importa mencionar que foi deferida a inclusão da empresa Administradora Bonsucesso Ltda.

Outrossim, também importa mencionar que, em face da decisão proferida no agravo de instrumento número 4026265-64.2019.8.24.0000, a Teka promoveu cumprimento de sentença contra MONTE CLARO PARTICIPACOES LTDA.- 03.277.322/0001-70, CELL PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA.- 80.099.294/0001-90, R.M.M.F. PARTICIPACOES LTDA.- 81.625.220/0001-02 e ROLF KUEHNRIK-003.719.209-49, reclamando o pagamento da quantia de R\$ 7.529.315,84.

Em referido cumprimento de sentença foi proferida a seguinte decisão:

“Oficie-se à B3, através dos endereços eletrônicos informados pela parte exequente (operacaobalcao@b3.com.br e depositaria.listados@b3.com.br), solicitando o bloqueio das ações ordinárias - que compõe a posição acionária da empresa Teka Tecelagem - em nome das empresas Monte Claro Participações Ltda., RMMF Participações Ltda., CELL Participações e Administração Ltda. e Rolf Kuehnrich.

As ações da TEKA3, em nome das empresas citadas, deverão ser bloqueadas e impedidas de serem negociadas na Bolsa de Valores até novo comando judicial.

Determina-se, ainda, que a B3 informe o total bloqueado e o valor correspondente na data do bloqueio.

Com a resposta do ofício, lavre-se o termo de penhora das ações, observando-se a quantidade e valor informados pela B3.

Da penhora, intuem-se as partes para se manifestarem, em quinze dias.”

Ainda em relação ao cumprimento supracitado, importa informar que foi determinado pelo Juízo à B3 que “...apresente informações claras acerca da comercialização das ações de propriedade de MONTE CLARO PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ sob o n. 03.277.322/0001-70), R.M.M.F. PARTICIPAÇÕES LTDA, (CNPJ sob o n. 81.625.220/0001-02) e ROLF KUEHNRIK, (o CPF sob o n. 003.719.209-49), devendo comprovar nos autos quando foram comercializadas, qual o valor de venda e quem as adquiriu...”

Como consta das manifestações anteriores, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

“a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.

b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) “Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei”. Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve “aprovação do Plano pela Assembleia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)”, aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual “Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial”. **Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.**

c) **Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).**

d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.

e) **Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.**

f) **Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.**

g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.

h) **É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.**

Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

Em relação as habilitações trabalhistas, até 12/2022 o montante de pagamentos é de R\$ 9.022 referente 2.300 habilitações, sendo que destas o total de 370 estão quitadas em sua totalidade.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

Classe Credora	Editais	Varição	31/12/2022
Quirografários/Trabalhistas	382.841	227.526	610.367
Garantia real	158.760	84.711	243.471
	541.601	312.237	853.838

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, apresentadas abaixo:

	País	Participação (%)			
		31/12/22		31/12/21	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding GmbH	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3.3 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa: este grupo abrange as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são estimados pelo seu valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na

melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável *impairment*

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.23 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

4. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Caixa	7	22	41	64
Bancos conta movimento	395	246	510	546
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	402	268	551	610

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Contas a receber clientes mercado interno	71.603	52.296	70.019	51.153
Contas a receber clientes mercado externo	1.824	3.666	1.852	3.697
<i>Impairment</i> (provisão para perdas)	(13.659)	(12.695)	(13.702)	(12.821)
Parcela circulante	59.768	43.267	58.169	42.029
Total Geral	59.768	43.267	58.169	42.029

Aging list contas a receber de clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Vencidos	1.488	4.069	1.663	4.314
A vencer em até 3 meses	51.687	35.839	49.913	34.356
A vencer entre 3 e 6 meses	6.589	3.355	6.589	3.355
A vencer entre 6 meses e 1 ano	4	4	4	4
Contas a receber de clientes	59.768	43.267	58.169	42.029

Contas a receber por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Reais	58.431	39.690	56.804	38.421
US\$	1.337	3.577	1.337	3.577
Euros	-	-	28	31
Contas a receber de clientes	59.768	43.267	58.169	42.029

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso. Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Produtos acabados	16.196	19.100	16.196	19.100
Produtos em elaboração	20.898	20.021	20.898	20.021
Matérias primas e insumos	7.665	5.905	7.665	5.905
Outros estoques	636	586	1.487	1.242
<i>Impairment</i>	(2.490)	(3.115)	(2.490)	(3.115)
Total dos estoques	42.905	42.497	43.756	43.153

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 31/12/2022, R\$ 15 foram registrados no resultado como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 140 como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados até 31/12/2021), e R\$ 610 como reversão de ajuste a valor de mercado (R\$ 1.625 como ajuste a valor de mercado até 31/12/2021).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
ICMS	1	39	67	97
IPÍ	225	256	225	256
PIS/COFINS	-	-	390	337
Crédito reintegra	-	5	-	5
Outros	74	56	110	93
Parcela circulante	300	356	792	788
ICMS	243	266	243	266
Imposto de renda	-	11.022	-	11.022
PIS/COFINS	26	2.299	26	2.299
INCRA	2.009	1.954	2.009	1.954
IRPJ/CSLL	769.912	724.258	769.912	724.258
Outros	-	4.748	-	4.748
Parcela não circulante	772.190	744.547	772.190	744.547

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

9. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	43.736
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	(887)
<i>Ganhos ou perdas de capital</i>	(2)
Ajustes acumulados de conversão	(527)
Em 31 de dezembro de 2022	42.320

Nome	País	Patrimônio			Receita Bruta	Resultado	Participação
		Ativos	Passivos	Líquido			
Em 31 de dezembro de 2021							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	54.018	18.383	35.635	-	(286)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	4	2	2	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	8.181	-	8.181	-	(27)	99,0000%
		62.203	18.385	43.818	-	(313)	
Em 31 de dezembro de 2022							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	52.690	17.949	34.741	-	(893)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	2	1	1	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	7.654	-	7.654	-	6	99,0000%
		60.346	17.950	42.396	-	(887)	

10. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 2.631 (R\$ 2.609 em 2021) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 243 (R\$ 24 em 2021) como despesas administrativas e o montante de R\$ 11 (R\$ 9 em 2021) como despesas com vendas.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial
 Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
 Em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Edificações e		Maquinas e	Ferramentas	Equip.de	Móveis e	Outros	Imob.	Total	
	Terrenos	instalações	equip.	e utensílios	proc.de dados	utensílios	Veiculos	ativos fixos		andamento
Taxa de depreciação %	-	2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%	-	
Valor líq.31 dezembro 2020	28.662	49.485	40.318	507	201	175	211	114	318	119.991
Saldo inicial	28.662	49.485	40.318	507	201	175	211	114	318	119.991
Adições	-	-	1.016	50	25	110	-	-	1.415	2.616
Transferências	-	-	365	-	490	-	-	-	(855)	-
Baixas	-	(253)	(12.350)	(386)	(102)	(33)	-	(28)	(506)	(13.658)
<i>Impairment</i>	-	-	(348)	-	-	-	-	-	-	(348)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	15.412	-	-	-	-	-	-	15.412
Reclassificações	-	(1.046)	(426)	-	-	-	-	-	-	(1.472)
Depreciação	-	(720)	(1.818)	(33)	(33)	(14)	(4)	(20)	-	(2.642)
Baixas da depreciação	-	106	5.862	362	100	33	-	-	-	6.463
Valor líq.31 dezembro 2021	28.662	47.572	48.031	500	681	271	207	66	372	126.362
Saldo inicial	28.662	47.572	48.031	500	681	271	207	66	372	126.362
Adições	-	397	917	30	747	23	-	-	2.364	4.478
Baixas	-	(547)	(14.385)	(58)	(6)	(52)	-	-	(2.311)	(17.359)
<i>Impairment</i>	-	-	(183)	-	-	-	-	-	-	(183)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	2.624	-	-	-	-	-	-	2.624
Reclassificações	-	(1.039)	(219)	-	-	-	-	-	-	(1.258)
Depreciação	-	(728)	(1.834)	(31)	(253)	(16)	(5)	(18)	-	(2.885)
Baixas da depreciação	-	384	8.431	55	6	49	-	-	-	8.925
Saldo Final	28.662	46.039	43.382	496	1.175	275	202	48	425	120.704
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo	28.662	83.092	120.022	9.875	3.826	1.745	789	92	425	248.528
Depreciação acumulada	-	(37.053)	(76.640)	(9.379)	(2.651)	(1.470)	(587)	(44)	-	(127.824)
Valor líquido contábil	28.662	46.039	43.382	496	1.175	275	202	48	425	120.704

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial
 Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
 Em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Edificações e		Maquinas e	Ferramentas	Equip.de	Móveis e	Outros	Imob.	Total	
	Terrenos	instalações	equip.	e utensílios	proc.de dados	utensílios	Veículos	ativos fixos		em andamento
Taxa de depreciação %	-	2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%	-	
Valor líq.31 dezembro 2020	46.724	75.623	52.264	576	208	205	211	114	318	176.243
Saldo inicial	46.724	75.623	52.264	576	208	205	211	114	318	176.243
Adições	-	-	1.016	50	26	110	-	-	1.415	2.617
Transferências	-	-	365	-	490	-	-	-	(855)	-
Baixas	-	(253)	(19.095)	(403)	(102)	(33)	-	(28)	(506)	(20.420)
<i>Impairment</i>	-	-	(430)	-	-	-	-	-	-	(430)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	19.016	-	-	-	-	-	-	19.016
Reclassificações	-	(1.046)	(594)	(1)	-	-	-	-	-	(1.641)
Depreciação	-	(1.773)	(2.299)	(40)	(33)	(20)	(4)	(20)	-	(4.189)
Baixas da depreciação	-	106	9.163	379	100	33	-	-	-	9.781
Valor líq.31 dezembro 2021	46.724	72.657	59.406	561	689	295	207	66	372	180.977
Saldo inicial	46.724	72.657	59.406	561	689	295	207	66	372	180.977
Adições	-	397	917	30	748	29	-	-	2.363	4.484
Baixas	-	(546)	(22.378)	(61)	(6)	(53)	-	-	(2.310)	(25.354)
<i>Impairment</i>	-	-	(183)	-	-	-	-	-	-	(183)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	6.798	-	-	-	-	-	-	6.798
Reclassificações	-	(1.039)	(276)	-	-	-	-	-	-	(1.315)
Depreciação	-	(1.779)	(2.317)	(33)	(253)	(23)	(5)	(18)	-	(4.428)
Baixas da depreciação	-	384	11.787	55	6	51	-	-	-	12.283
Saldo Final	46.724	70.074	53.754	552	1.184	299	202	48	425	173.262
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo	46.724	132.027	154.966	10.197	3.845	1.857	789	92	425	350.922
Depreciação acumulada	-	(61.953)	(101.212)	(9.645)	(2.661)	(1.558)	(587)	(44)	-	(177.660)
Valor líquido contábil	46.724	70.074	53.754	552	1.184	299	202	48	425	173.262

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 171 milhões (R\$ 179 milhões em 31/12/2021).

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

A Companhia registrou reversão de *impairment* devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda, assim como devido a diferença apurada entre o valor residual das máquinas e o seu valor recuperável, cujos valores e critérios estão detalhados na nota 28. Desta forma em 31 de dezembro de 2022 o montante acumulado de *impairment* é de R\$ 2.858 na controladora e R\$ 2.914 no consolidado.

11. Intangível

Controladora e consolidado	Direito de uso	Softwares	Implantação ERP	Total
	5	5	5	
Vida útil estimada (anos)				
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	-	61	161	222
Adições	-	50	-	50
Amortização	-	(31)	(84)	(115)
Saldo Final	-	80	77	157
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	704	562	7.307	8.573
Amortização acumulada	(704)	(482)	(7.230)	(8.416)
Valor líquido contábil	-	80	77	157
Saldo Inicial	-	80	77	157
Adições	139	55	-	194
Amortização	(16)	(37)	(51)	(104)
Saldo Final	123	98	26	247
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	843	617	7.307	8.767
Amortização acumulada	(720)	(519)	(7.281)	(8.520)
Valor líquido contábil	123	98	26	247

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Mercado interno	61.347	55.723	61.409	55.789
Prov.juros mercado interno	35.339	30.778	35.449	30.887
Fornec.sujeitos à rec.judicial	350.751	326.684	352.322	328.145
Parcela circulante	447.437	413.185	449.180	414.821
Total Geral	447.437	413.185	449.180	414.821

Aging list fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Vencidos	73.797	69.228	74.501	69.984
A vencer em até 3 meses	22.852	17.257	22.320	16.676
A vencer entre 3 e 6 meses	33	15	33	15
A vencer entre 6 meses e 1 ano	4	1	4	1
Fornec.sujeitos à rec.judicial	350.751	326.684	352.322	328.145
	447.437	413.185	449.180	414.821

Fornecedores por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Real	447.437	413.185	449.180	414.821
	447.437	413.185	449.180	414.821

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, fios, produtos químicos e embalagens.

13. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Obrigações sociais	858.300	823.203	895.438	858.404
Obrigações trabalhistas	21.492	18.933	21.964	19.397
Parcela circulante	879.792	842.136	917.402	877.801

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Obrigações fiscais federais	239.766	210.599	268.312	237.771
Obrigações fiscais estaduais	130.464	132.928	130.492	132.930
Obrigações fiscais municipais	40.176	31.758	40.176	31.758
Parcela circulante	410.406	375.285	438.980	402.459

Obrigações fiscais estaduais	11.850	4.698	11.850	4.698
Parcela não circulante	11.850	4.698	11.850	4.698

ICMS na base de cálculo PIS e COFINS

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos da Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há dez anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação. A ação foi proposta em 14/06/2005.

MP 470

Consonante a decisão proferida no REsp 1490162, foi assegurado a Companhia o aproveitamento da decisão favorável obtida no Mandado de Segurança 5001733-31.2010.4.04.7205, o qual garantiu-lhe o direito de ter examinado seu pedido de parcelamento ou pagamento à vista de débitos, feito conforme moldes delineados na Portaria Conjunta PGFN/RNB nº 9 de 30 de Outubro de 2009, nas condições previstas no Art. 3ª §2º da Medida Provisória nº 470 de 13 de Outubro de 2009.

Com isso, restou assegurada a liquidação de débitos fiscais federais com uso de Prejuízo Fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido próprios, devidamente declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de aproximadamente R\$ 66 milhões.

De outro lado, sem prejuízo da efetiva liquidação dos débitos correspondentes já promovida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aguarda-se, para fins de

reconhecimento contábil dos efeitos desta ação, o desfecho da discussão travada nos autos do processo nº 0001738-18.2015.4.01.3400 (nota explicativa 8), no qual foram periciados os créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido como um todo, de modo que os ajustes de baixa de valores não conflite com a ordem judicial a ser proferida.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Capital de giro	90.132	176.043	90.132	176.043
BRDE	12.910	11.587	12.910	11.587
Debêntures	278	211	278	211
Sujeitos à recup.judicial	397.283	369.344	397.283	369.344
Parcela Circulante	500.603	557.185	500.603	557.185
Debêntures	2.600	2.125	2.600	2.125
Parcela não circulante	2.600	2.125	2.600	2.125
	503.203	559.310	503.203	559.310

Taxas

Capital de giro	1 a 2,10% a.m. / 1% a.m.+INPC / 1 a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m.
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Por data de vencimento				
Vencidos	38.154	134.806	38.154	134.806
Em até 6 meses	53.828	41.818	53.828	41.818
De 6 meses a 1 ano	11.338	11.217	11.338	11.217
Acima de 1 ano	2.600	2.125	2.600	2.125
Sujeitos à recup.judicial	397.283	369.344	397.283	369.344
	503.203	559.310	503.203	559.310

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Por tipo de moeda				
Reais	502.380	557.205	502.380	557.205
US\$	823	2.105	823	2.105
	503.203	559.310	503.203	559.310

Após criteriosa análise processual por parte do departamento jurídico da Companhia, culminando na emissão dos pareceres jurídicos nº. 002, 004, 005, 007 e 008 de 2022, concluiu-se pela inexistência de débitos financeiros no montante consolidado e atualizado de R\$ 117.561.

Assim, nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento, os débitos foram baixados e os respectivos efeitos no resultado reconhecidos em 12/2022, no montante total de R\$ 116.410, sendo R\$ 92.144 referente a

estorno de despesas outrora reconhecidas nas rubricas de encargos financeiros (nota 23) e R\$ 24.266 referente a outras receitas (nota 24).

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 171 milhões (R\$ 179 milhões em 31/12/2021).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.521 (atualizado R\$ 2.600) até 31/12/2022 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
IRPJ sobre diferenças temporárias	21.934	22.988	34.973	36.592
CSLL sobre diferenças temporárias	7.897	8.275	12.590	13.173
Parcela não circulante	29.831	31.263	47.563	49.765

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

b) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrado no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Conciliação IRPJ/CSLL do resultado				
Resultado antes dos impostos	(161.122)	(81.734)	(161.892)	(82.878)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)	54.781	27.790	55.043	28.179
Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	1.054	1.279	1.339	1.932
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	378	337	742	445
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	-	121	383
IRPJ/CSLL do resultado do período	1.432	1.616	2.202	2.760

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. Porém no processo de reestruturação que a Companhia enfrenta desde a recuperação judicial, há reflexos como um alto *turnover* de consultores jurídicos que impacta diretamente no controle detalhado dos processos contingentes. Desde 2018 a Companhia envida esforços a fim de ter no detalhe o acompanhamento de cada processo, e, no decorrer do ano de 2022 com a evolução dos trabalhos realizados, significativos ajustes foram realizados na posição patrimonial apresentada. O montante de R\$ 105.918 foi reconhecido a título de despesas com provisões fiscais e previdenciárias classificadas com risco provável, conforme exposto na nota 24.

Cabe ressaltar que este trabalho ainda não está concluído devido ao alto volume de litígios. Portanto, abaixo divulgamos nossa melhor estimativa com as perdas prováveis e possíveis das contingências.

A posição em 31 de dezembro de 2022 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2021	247.256	49.358	20.292	316.906
Constituída durante o período	39.435	80.825	-	120.260
Atualização	12.112	4.372	77	16.561
Reversão de provisões	(2.364)	-	-	(2.364)
Provisões utilizadas	-	(11.635)	-	(11.635)
Em 31 de dezembro de 2022	296.439	122.920	20.369	439.728
	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	-	29.411	-	29.411
Parcela de longo prazo	296.439	93.509	20.369	410.317
Em 31 de dezembro de 2022	296.439	122.920	20.369	439.728

Consolidado	Previdenciárias			Total
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	
Em 31 de dezembro de 2021	247.256	49.936	20.292	317.484
Constituída durante o período	39.435	81.008	-	120.443
Atualização	12.112	4.372	77	16.561
Reversão de provisões	(2.364)	-	-	(2.364)
Provisões utilizadas	-	(11.740)	-	(11.740)
Em 31 de dezembro de 2022	296.439	123.576	20.369	440.384

	Previdenciárias			Total
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	
Parcela de curto prazo	-	30.067	-	30.067
Parcela de longo prazo	296.439	93.509	20.369	410.317
Em 31 de dezembro de 2022	296.439	123.576	20.369	440.384

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período, cíveis pela variação do IGP-M/INPC, e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes

FISCAIS

ICMS

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

INSS

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 37.499 em causas cíveis, R\$ 295.838 em causas tributárias.

Além dos registros contábeis já lançados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de perda, não há constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Depósitos judiciais	37.668	35.810	38.126	36.598
Parcela não circulante	37.668	35.810	38.126	36.598

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

Créditos de INSS/FGTS	69
	<u>69</u>

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	
Cell Participação e Adm.Ltda	10.061	8.772	17.154	15.061	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	18.653	17.340	18.653	17.340	TJLP + 1,5%a.a.
Passivo circulante	28.714	26.112	35.807	32.401	
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	46.953	46.413	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	4.338	4.330	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	266	266	-	-	-
Passivo não circulante	51.557	51.009	-	-	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido, para 2022 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Remuneração do conselho de administração	190	180	190	180
Remuneração da diretoria	773	747	773	747
	963	927	963	927

Neste grupo estão conselheiros de Administração e os Diretores.

19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução

das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de dezembro a Companhia não constituiu reserva legal.

Outros resultados abrangentes

Reservas de reavaliação e Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. Os efeitos da Reserva de Reavaliação e do Ajuste de Avaliação Patrimonial são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

20. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(106.398)	(53.381)	(106.398)	(53.381)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(53.292)	(26.737)	(53.292)	(26.737)
	(159.690)	(80.118)	(159.690)	(80.118)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
Total	503	503	503	503
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(317,37735)	(159,23125)	(317,37735)	(159,23125)
Ação ordinária	(317,37735)	(159,23125)	(317,37735)	(159,23125)

21. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Vendas mercado interno	316.984	267.646	317.862	268.210
Vendas mercado externo	21.496	20.916	21.496	20.916
Receita operacional bruta	338.480	288.562	339.358	289.126
(-) Impostos sobre venda	(73.007)	(60.922)	(73.222)	(61.063)
Receita operacional líquida	265.473	227.640	266.136	228.063

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Depreciação e amortização	2.989	2.757	4.532	4.304
Despesas com folha de pagamento	64.619	58.447	65.235	58.900
Matéria-Prima e materiais gerais	171.976	139.661	172.074	139.775
Frete, comissões e demais despesas variáveis	25.732	18.409	25.732	18.409
Resultado de Equivalência Patrimonial	887	313	-	-
Financeiras Líquidas	49.704	106.293	54.223	108.242
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	109.256	(18.122)	104.030	(21.449)
	425.163	307.758	425.826	308.181

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	217.302	182.660	218.558	184.020
Despesas com vendas	33.773	25.033	34.745	25.745
Despesas gerais e administrativas	14.241	11.581	14.270	11.623
Despesas/receitas financeiras	49.704	106.293	54.223	108.242
Equivalência Patrimonial	887	313	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	109.256	(18.122)	104.030	(21.449)
	425.163	307.758	425.826	308.181

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(93.635)	(118.701)	(97.936)	(120.443)
Varição cambial	504	(849)	504	(876)
Outras despesas financeiras	(2.425)	(1.756)	(2.701)	(1.956)
	(95.556)	(121.306)	(100.133)	(123.275)
Receitas financeiras				
Juros sobre duplicatas	180	228	180	228
Varição cambial	(195)	270	(195)	270
Outras receitas financeiras	45.867	14.515	45.925	14.535
	45.852	15.013	45.910	15.033
Resultado financeiro líquido	(49.704)	(106.293)	(54.223)	(108.242)

Conforme detalhado na nota 15 (Empréstimos, financiamentos e debêntures), ocorreram durante o ano ajustes no resultado decorrentes da baixa de débitos financeiros, cujos efeitos justificam a redução dos encargos financeiros no ano, comparativamente ao exercício anterior.

24. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Receitas operacionais				
Aproveitamento créditos de prejuízos fiscais	1.373	16.007	1.373	16.007
Outras receitas	26.312	1.278	26.871	2.394
	27.685	17.285	28.244	18.401
Despesas operacionais				
Provisão p/contingências fiscais e previdenciárias	(105.918)	-	(105.918)	-
Ajuste a valor recuperável do imobilizado	2.441	15.064	6.615	18.586
Ajuste a valor recuperável dos estoques	626	(1.485)	626	(1.485)
Ajuste ociosidade	(7.404)	(1.891)	(7.404)	(1.891)
Outras despesas	(28.118)	(12.467)	(28.395)	(14.922)
	(138.373)	(779)	(134.476)	288

Do montante relacionado na rubrica “outras receitas”, R\$ 24.266 refere-se aos resultados dos trabalhos de revisão processual por parte do departamento jurídico da Companhia, conforme citado na nota explicativa 15.

Este montante diz respeito aos valores principais das dívidas baixadas em 12/2022 por prescrição.

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a

capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

A perspectiva do mercado é de que a inadimplência aumente em 2023, impulsionada por uma soma de diversos fatores, entre eles, a recessão econômica global, inflação interna, desemprego, manutenção da alta taxa de juros e a perda do poder de compra da população.

Assim, com esta conjuntura, a Companhia segue critérios mais rígidos para a concessão de crédito e quando necessário, ajusta sua provisão de perdas.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n°s 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/22	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Variação	-25%	25%	50%
Ativos				
Cientes no Mercado Externo	1.337	1.003	1.671	2.006
	1.337	1.003	1.671	2.006
Passivos				
Dívida Bancária	823	617	1.029	1.235
	823	617	1.029	1.235
Exposição Líquida - R\$ Mil	(514)	(386)	(643)	(771)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(99)	(99)	(99)	(99)
Taxa Dólar	5,22	3,91	6,52	7,83

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/12/22	Cenário I	Risco
Passivos - Controladora			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	19.399	194	Alta IGPM
TR	501	5	Alta TR
TJLP	413.071	4.131	Alta TJLP
Outros	70.232	702	
	<u>503.203</u>	<u>5.032</u>	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2022 e 31/12/2021, são apresentados a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		402	402	Fornecedores		447.437	447.437
Contas a receber		59.768	59.768	Empréstimos e Financiamentos		503.203	503.203
Total		60.170	60.170	Total		950.640	950.640

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		268	268	Fornecedores		413.185	413.185
Contas a receber		43.267	43.267	Empréstimos e Financiamentos		559.310	559.310
Total		43.535	43.535	Total		972.495	972.495

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da *commodity* algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2022	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	265.473	5.404	5.924	276.801
Receita entre segmentos	(5.261)	(5.404)	-	(10.665)
Receita de clientes externos	260.212	-	5.924	266.136
Depreciação e amortização	(2.989)	(185)	(1.358)	(4.532)
Receitas financeiras	45.852	-	58	45.910
Despesas financeiras	(95.550)	(4.248)	(335)	(100.133)
Provisão IRPJ e CSLL	1.432	290	480	2.202
Resultado líquido do período	(154.135)	(4.457)	(1.098)	(159.690)
Ativo total	1.045.898	4.292	49.666	1.099.856
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	4.672	-	6	4.678
Passivo total	1.045.898	4.292	49.666	1.099.856

Em 31 de dezembro de 2021	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	227.640	5.681	4.171	237.492
Receita entre segmentos	(3.748)	(5.681)	-	(9.429)
Receita de clientes externos	223.892	-	4.171	228.063
Depreciação e amortização	(2.757)	(186)	(1.361)	(4.304)
Receitas financeiras	15.013	-	20	15.033
Despesas financeiras	(121.333)	(1.716)	(226)	(123.275)
Provisão IRPJ e CSLL	1.616	35	1.109	2.760
Resultado líquido do período	(78.735)	(1.035)	(348)	(80.118)
Ativo total	1.004.797	5.334	51.183	1.061.314
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	2.666	-	1	2.667
Passivo total	1.004.797	5.334	51.183	1.061.314

27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “*impairment*”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2021	(12.695)	(3.115)	(5.299)	(12.821)	(3.115)	(9.529)
Constituições (resultado)	(1.820)	(2.055)	(183)	(1.871)	(2.055)	(183)
Reversões (resultado)	856	2.680	2.624	990	2.680	6.798
Em 31 de dezembro de 2022	(13.659)	(2.490)	(2.858)	(13.702)	(2.490)	(2.914)

A Companhia ajustou o *impairment* do ativo imobilizado, baseado em laudos elaborados, divididos da seguinte forma:

- Fluxos de caixa futuros derivados de uso contínuo dos ativos relacionados
- Máquinas - valor de venda

A posição de 31 de dezembro de 2022 reflete reversão de *impairment* no valor de R\$ 6.540 devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda, e de R\$ 75 devido a diferença apurada entre o valor residual das máquinas e o seu valor recuperável.

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

* * * * *

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 159.690 mil (R\$ 80.118 mil em 31 de dezembro de 2021) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.036.579 mil (R\$ 1.880.927 mil em 31 de dezembro de 2021). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil (R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil, respectivamente,

em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil (R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil em 31 de dezembro de 2021). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela

Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado (R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais de R\$ 37.668 mil controladora e R\$ 38.126 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35.810 mil e R\$ 36.598 mil em 31 de dezembro de 2021), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fragilidades nos controles relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as fragilidades nos controles supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em um ajuste no exercício de 2022 no montante de R\$ 105.918 mil, conforme detalhado na nota explicativa 17, dado o expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas significativas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2022 em sua totalidade.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e

nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2022, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Blumenau – SC, 23 de março de 2023.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TEKA–Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 – Itoupava Norte – Blumenau – Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Blumenau/SC, 23 de março de 2023.

Fabiane Paula Esvicero
Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky
Diretor Industrial

Marcio Hoffmann
Diretor Comercial



Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 – Itoupava Norte – Blumenau – Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam em parte com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Blumenau/SC, 23 de março de 2023.

Fabiane Paula Esvicero
Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky
Diretor Industrial

Marcio Hoffmann
Diretor Comercial